



RELATÓRIO DE GESTÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE PERNAMBUCO

2020
2022

Adaptação e cooperação foram a tônica desta gestão. Há dois anos, assumimos a Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Estar à frente do Poder Judiciário estadual, por si só, já é um grande desafio, e, com uma pandemia nunca antes vivida pelas gerações que hoje habitam a terra, exigiu um esforço e uma dedicação inimagináveis. Trabalho este que só foi possível em equipe para a superação de todos os obstáculos encontrados. E não foram poucos.

Apesar das dificuldades, conseguimos atingir nosso principal objetivo: manter e expandir os serviços da Justiça para atender a sociedade. Tivemos que, em pouco tempo, garantir a estrutura necessária para que todos os que integram o Tribunal realizassem o trabalho remotamente, possibilitando, assim, ao jurisdicionado o acesso virtual aos nossos serviços. Nos ajustamos com a agilidade que era necessária para o momento.

Voltamos ao presencial e, com um rigoroso controle sanitário, conseguimos abrir as portas do Judiciário novamente. Passamos por uma grande mudança de paradigmas e adaptação dos planos de trabalho, mas, ainda assim, conseguimos excelentes resultados. Só podemos agradecer a todos que cooperaram com a nossa gestão, pois foram de fundamental importância nesta caminhada.

Depois de dois anos ocupando a Presidência deste egrégio Tribunal, é com muito orgulho que afirmamos: vencemos este enorme desafio, mantivemos as conquistas até aqui obtidas e promovemos os avanços necessários em sintonia com os novos tempos. Não foi tarefa para uma só pessoa. Lutamos juntos, aprimorando, rejuvenescendo, criando, seja a partir de ideias novas, ou consolidadas em novos projetos e novas abordagens.



Fernando Peres de Albuquerque

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO



PODER JUDICIÁRIO
DE PERNAMBUCO

TJPE ENTRE OS MAIS PRODUTIVOS

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, nos últimos dois anos, se manteve entre os mais produtivos do país, segundo ranking do Conselho Nacional de Justiça. No total, foram, aproximadamente, 5 milhões de atos praticados, de fevereiro de 2020 a janeiro de 2022, entre sentenças, decisões e despachos. O resultado foi alcançado com o comprometimento de magistradas, magistrados, servidoras e servidores, que, mesmo com todas as adversidades enfrentadas neste período, mantiveram a Justiça funcionando.

CONQUISTA DO SELO PRATA

Em 2021, o TJPE foi premiado com o Selo Prata ao alcançar a pontuação de 60,2% no Prêmio CNJ de Qualidade. Foram avaliados quatro eixos temáticos: Governança, Produtividade, Transparência e Tecnologia. O resultado foi fruto do trabalho alinhado entre a Presidência, a Corregedoria Geral da Justiça, a Governança de Dados, a Coordenadoria de Planejamento Estratégico, a Secretaria de Tecnologia, a Escola da Magistratura, os juízes e servidores da instituição.

METAS ATINGIDAS

Em 2021, pela primeira vez, o TJPE cumpriu cinco metas para o Judiciário. Definidas pelo CNJ, representam os compromissos dos Tribunais para aprimorar a Justiça. Foram cumpridas as metas 6,8,9, 11 e 12, que versam sobre julgamento de ações coletivas; julgamento de processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica; Agenda 2030 e o Judiciário; aumento da tramitação dos processos de forma eletrônica; e impulsionamento dos processos de ações ambientais, respectivamente.

PJE E DIGITALIZAÇÃO AVANÇAM

O Processo Judicial Eletrônico foi implantado em todas as unidades com competências criminais e infracionais do Estado. O objetivo foi atingido em tempo recorde – 7 meses. Paralelamente, o TJPE iniciou a digitalização dos processos físicos. Hoje, o acervo é composto por mais de 70% de processos eletrônicos, sendo 1.304.147 processos virtuais e, apenas, 527.582 processos físicos.

MENOR TAXA DE CONGESTIONAMENTO

Segundo o relatório Justiça em Números do CNJ de 2021, o Tribunal de Justiça de Pernambuco alcançou o índice de 62,8%, de taxa de congestionamento. Essa é a menor taxa atingida pelos TJPE nos últimos 10 anos e a menor taxa total entre os tribunais de médio porte. Em 2020, ano de referência do documento, a Justiça pernambucana recebeu 513 mil novos processos e solucionou mais de 1 milhão. A taxa de congestionamento mede a efetividade do tribunal em um período, levando-se em consideração o total de casos novos que ingressaram, os baixados e o estoque pendente ao final do período anterior ao considerado base.

MELHOR ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA

Também segundo o CNJ, o Tribunal de Pernambuco alcançou o patamar de 198,4% no Índice de Atendimento à Demanda (IAD), ficando em primeiro lugar entre os tribunais de médio porte e em segundo lugar entre todos tribunais estaduais do Brasil. O índice mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos apresentados no mesmo período, de forma separada, no 1º e 2º graus.

RECORDE EM CONCILIAÇÕES

Em 2020, a Justiça estadual pernambucana foi responsável por 20% de todos os acordos homologados durante a Semana Nacional de Conciliação realizada pelo CNJ em todo o país. Foram homologados 3.304 acordos, dentre as 6.147 sessões realizadas, com índice de conciliação de 53%, movimentando aproximadamente R\$ 16 milhões. Em 2021, os números superaram o evento passado. Foram realizadas 10.590 audiências, com a homologação de 5.853 acordos, o que representou 55,26% de resolução pacífica dos conflitos. O montante acordado durante as audiências chegou a 34,7 milhões de reais.

NOVOS APLICATIVOS E FERRAMENTAS

Por meio da Secretaria de Tecnologia, vários aplicativos foram desenvolvidos para facilitar o atendimento ao cidadão, como o TJPE Atende, que já conta com mais de 50 mil usuários cadastrados e por meio do qual foram realizadas mais de 700 mil requisições para as unidades judiciárias. Também foi criado o App Nísia e a ferramenta Carta de Mulheres, voltados para as Varas de Violência contra a Mulher. O Juizado Digital, desenvolvido para queixas nos Juizados, e as Conciliações Online para auxiliar nos acordos virtuais. O TJ agora conta com o Gepro, ferramenta voltada para tornar mais eficiente a gestão do acervo dos gabinetes; houve in-

vestimentos em sessões de julgamento e audiências virtuais, para evitar deslocamentos e aglomerações. Também foram implantados o PJe nos plantões, o Juízo 100% Digital, através do qual todos atos do processo passam a ser digitais, e o Balcão Virtual, para atendimento de partes por videoconferência.

MAIS SERVIDORES

Mais de 450 servidores foram nomeados para ajudar nas atividades jurisdicionais. Muitas unidades estavam com as equipes desestruturadas e receberam um reforço nas atividades.

PROJETOS DE LEI APROVADOS

Projetos de lei importantes foram aprovados nesta gestão, como a nova Lei de Custas, que atualizou os valores das taxas cobradas para os processos ingressarem na Justiça. A mudança impactou apenas 20% dos processos que tramitam na Justiça estadual. Os demais, são gratuitos. Os valores arrecadados são utilizados para a manutenção e reforma dos prédios do Judiciário e, principalmente, para melhorias no parque tecnológico do Tribunal, que foi o que manteve a Justiça funcionando durante a pandemia. Também foi aprovada a Lei para recomposição do Fundo de Modernização, para o qual a arrecadação das taxas é destinada, e parte dos valores vinha sendo utilizada para o pagamento de pessoal, em virtude da falta de orçamento. Além do projeto para a aquisição de desktop e notebooks para integrantes do Judiciário com foco na transformação digital.

TECNOLOGIA RECEBE INVESTIMENTOS

Mais de R\$ 30 milhões foram investidos em Tecnologia nesta gestão. Dentre as principais aquisições e contratações, estão licenciamentos para a infraestrutura no DataCenter, ferramentas de segurança da informação, licenças para a realização de videoconferências, webcams e notebooks.

REFORMAS E CONSTRUÇÕES

Diversos fóruns do Estado passaram por reformas. Adaptações e melhorias foram promovidas para garantir mais conforto aos jurisdicionados e aos magistrados e servidores. Foram reformados os Fóruns de Exu e Flores. Concluído o novo Fórum de Limoeiro. Triunfo já conta com terreno para o Fórum. Em Caruaru, o antigo fórum passou por obras e, agora, abriga a Câmara Regional, entre outras unidades. Foram recuperados espaços internos do Palácio da Justiça, como a sala de convivência e o togário; e dos Fóruns Rodolfo Aureliano, Thomaz de Aquino e Paula Baptista.

EVENTOS NACIONAIS

O Judiciário pernambucano promoveu e recebeu eventos nacionais importantes com o objetivo de valorizar a história e o aprimoramento da Justiça. Uma solenidade comemorou os 200 anos de criação do Tribunal de Justiça de Pernambuco, antes com o nome de Tribunal da Relação; o Estado também recebeu o Encontro de Presidentes dos Tribunais de Justiça de Estado; e promoveu o II Fórum de Governança do Judiciário e o Fórum Nacional de Juizados Especiais. Essa troca de experiências é fundamental para uniformização das ações da Justiça e para que o Judiciário avance.